

CRI(S)E (D)AS CIDADES IMAGINÁRIAS, CRI(S)E (D)O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL!

Paulo Manuel Costa LEMOS

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
pmlmos@letras.up.pt

Júlio Filipe Seixas da ROCHA

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
jfiliperochaa@gmail.com

Dora Patrícia Abreu SOARES

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
dora_31soares@yahoo.com

Adriana Seara CARVALHO

Colégio Euro - Atlântico
ascarvalho1991@gmail.com

Vitor Manuel Moura RIBEIRO

Universidade do Minho
vitormmr@gmail.com

Resumo

Vivemos num contexto cada vez mais global, em que os hábitos citadinos nos inundam, sem nos deixarem indiferentes. Por isso, consideramos de máxima pertinência interrogar os nossos alunos sobre a conceção que eles têm relativamente às cidades e aos problemas que as vão afetando. Lançamos, assim, este desafio que teve como ponto de partida, um conjunto de questões orientadoras - "Afinal, como serão as Cidades do Futuro? Serão como hoje as idealizamos? E, porque não existem hoje essas Cidades Sustentáveis, Inclusivas e Inteligentes? Serão somente Imaginárias e Utópicas que não as possamos transformar em Reais e Concretas?". Com o objetivo de respondermos a estas questões, selecionamos uma amostra diversificada, a quem lançamos este desafio. Com características socioeconómicas diferenciadas, respeitando apenas, como atributo comum a faixa etária e nível escolar em que se encontravam, o estudo desenvolveu-se em dois concelhos da Grande Área Metropolitana do Porto (Porto e Paredes), materializando-se sob a forma de um inquérito por questionário e sua respetiva análise. A informação obtida permite-nos concluir que os alunos têm uma perceção geral sobre a Sustentabilidade Ambiental, bem como a urgência e pertinência da abordagem desta(s) temática(s) na(s) escola(s). Contudo, existe, ainda, um longo caminho a percorrer para que sejam atingidos os objetivos da Educação para a Cidadania, na vertente do Desenvolvimento Sustentável. Aqui, a Escola tem, por isso, um papel basilar.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Cidades do Futuro; Ecocidadania; Ecoconsciência; Projeto Escolar

Abstract

We live in an increasingly global context, where city habits flood us, without leaving us indifferent, we consider it most pertinent to question our students about their conception of cities and the problems that affect them. We launched, in this way, this challenge from the guiding questions "After all, what will the Cities of the Future be like? Are they the way we idealize them today? And why do not these Sustainable, Inclusive and Intelligent Cities exist today? Are they only Imaginary and Utopian that we can not transform into Real and Concrete? " With the aim to answer the previous questions, we select a diversified sample, who we launch these challenges. With a distinct socioeconomic characteristic, respecting only, as a common characteristic the age group and education level where they were, that study was developed in two municipalities of the Greater Porto Metropolitan Area (Porto and

Paredes). This study was materialized in an inquiry in the questioner way and their analysis. The information for us obtained let us to conclude that the students have general perception about Environmental Sustainability and about the urgency e pertinence of these goals at the school. In despite of, exist a long way to go in achieving the goals of Citizenship Education, in the Sustainable Development. The School has, here, a basilar role.

Keywords: Sustainable Development; Cities of the Future; Ecocity; Ecoconscience; School Project

1. Introdução

O nosso projeto escolar assenta numa perspetiva multidisciplinar e multissensorial, onde, acreditamos, pela nossa juventude e ousadia, à semelhança de Orlando Ribeiro, que a Geografia está na base da compreensão do Mundo, desenvolvendo tanto o espírito analítico, sem o qual não existe aproximação válida da realidade, como a capacidade de coordenar, de aproximar, de procurar correlações explicativas. Mais do que as outras ciências e, "(...) muito além de simples catálogo mais ou menos organizado de dados referentes à superfície do Globo, é uma disciplina que implica, para quem a pratica, uma visão personalizada do Mundo, uma maneira de estar e de ser, que cada geração tem de reinventar ao seu modo, sem menosprezar o que os avós fizeram, mas em completa liberdade" (Daveau, 2012, p.5).

Nesta medida, e com a atual conjuntura social, ambiental, educacional, económica, política e cultural, somos quase que obrigados a "deter-nos" para meditar, sobre os verdadeiros motivos e aspirações dos nossos hábitos e padrões de consumo, e compreendemos que, apesar dos muitos esforços que têm sido encetados, no sentido de tornarmos a Terra num planeta mais verde, mais saudável e mais sustentável, continuamos pouco orgânicos, já que o nosso quotidiano prossegue, excessivamente, transformado, industrializado, artificial e tecnológico (Dupont *et al.*, 2015). Aliás, consumimos produtos com elevado impacto ambiental, que inevitavelmente delapidamos e, certamente, contaminamos os recursos naturais existentes. Por isso, é perfeitamente compreensível que esta problemática tenha já merecido a atenção e preocupação da Humanidade, das escolas e da Comunidade Científica, pois "A relação entre o espaço urbano e a sustentabilidade é atualmente uma das questões mais debatidas na agenda ambiental internacional" (Fernandes, 2016, 12). Estamos em crer, portanto, que o grande desafio para a Humanidade se concentre na criação de uma sociedade sustentável que nutra respeito pela Natureza, conheça, compreenda e defenda os Direitos Humanos Universais, valorize a Justiça Económica e desenvolva uma Cultura da Paz.

Estas são, assim, as premissas essenciais que nas últimas décadas têm vindo a tentar persistir no seio das preocupações que a Humanidade enfrenta, muito particularmente, nas áreas urbanas. Marcadas por um exacerbado e crescente número de habitantes, em conjunto com o constante congestionamento automóvel e com o consumo gritante de recursos naturais, colocam, diariamente, a continuidade da vida no nosso planeta, em risco, de forma considerável. Por isso, é urgente que se alterem os nossos atuais estilos de vida para outros mais verdes e sustentáveis, assentes na conservação e respeito pela Natureza

e pelo (Meio) Ambiente, ajudando o planeta a resistir para que futuras gerações possam assegurar a marca humana na Terra (Leopold *et al.*, 1971; Mucelin e Bellini, 2008).

Numa procura constante pela compreensão destas problemáticas, e na tentativa de encontrar soluções que as possam minorar, a escola e a educação (geográfica) assumem um papel estrutural, ao incentivarem os nossos estudantes a refletir e a intervir. Estes, regra geral, s(er)ão o motor impulsor dos novos desafios e mudanças, pois conseguem, melhor do que ninguém, disseminar por toda a sociedade a mensagem da pertinência da mudança de atitudes e comportamentos perante o Ambiente.

2. (Breve) Revisão da Literatura Científica - Nos *Meandros* entre a Educação Ambiental e a Sustentabilidade Urbana

É certo que uma parte substancial do estudo e essência da Geografia, uma das disciplinas do *Curriculum* Escolar do Terceiro Ciclo do Ensino Básico, reside nas diversas abordagens que esta ciência faz à Sustentabilidade Ambiental, uma temática complexa e necessariamente multidisciplinar.

Uma dessas abordagens reside no domínio das cidades, consideradas, segundo o Relatório “Cidades Sustentáveis 2020” (p. 5) divulgado em Abril de 2015, pelo então Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, como espaços geográficos que

“(…) concentram hoje a maioria da população, das atividades económicas e da riqueza, constituindo os lugares de maior potencial para a dinamização do crescimento económico e do emprego, da competitividade e da inovação. Não obstante, são simultaneamente os lugares onde mais se verificam complexos problemas ambientais e fenómenos de exclusão e polarização social, com consequências severas para a qualidade de vida dos seus cidadãos e a coesão do tecido social.”

São, por isso, grosso modo, palco de uma localização espacial privilegiada, cujas dinâmicas que a Humanidade lhe imprime a obriga a repensar não só os seus atuais padrões de consumo, como também a sua íntima relação com o espaço que frequenta e o uso que lhe dá. Repare-se que, e é uma realidade inegável, a nível mundial, as aglomerações urbanas estão a crescer a um ritmo alucinante e, em boa verdade, de uma forma completamente desequilibrada e desordenada, originando graves e múltiplos problemas que oferecem à cidade contemporânea uma imagem desconfigurada e muito pouco atrativa.

Contudo, felizmente, possuem também a valência da mutação e da resiliência, o que lhes permite, neste novo milénio, insurgirem-se como espaços que, não marginalizando os problemas que a sobressaltam, se projetam e se alicerçam no respeito pelo Meio Ambiente, fomentam uma atuação economicamente sustentável e viável e protagonizam uma sociedade cada vez mais equitativa e justa. Portanto, são espaços urbanos que investem fortemente na melhoria da qualidade de vida da sua população e que procuram a eficiência dos seus serviços de uma forma sustentável (Mitchell e Casalegno, 2008; Rego *et al.*, 2013), fortalecendo vigorosamente o Relatório “Cidades Sustentáveis

2020” (p. 12) que conclui que “Os conceitos de desenvolvimento urbano sustentável e de desenvolvimento sustentável estão fortemente ligados, implicando uma perspectiva ampla que abrange os domínios fundamentais do desenvolvimento: económico, social, ambiental, cultural e de governança.”. Para que tal aconteça, é necessário, conforme Fernandes (2016, 2) nos elucida o “(...) desenvolvimento de novas estratégias, que permitam o alcance de uma melhor *performance* das cidades e da sua sustentabilidade (...)”, surgindo, assim, o conceito de Cidades Inteligentes (*Smart Cities*¹). Este conceito pressupõe que o território citadino se desenvolva numa perspetiva de equilíbrio urbano e harmonia económica. A ideia gerou receptividade e pretende aliar às sociedades contemporâneas, consumidoras de informação, a inovação, de modo a que as distâncias-tempo e custo sejam cada vez mais curtas. Ademais, esta *inteligência das cidades* é, de acordo com Mark Roseland (1997), referenciado por Rego *et al.* (2013, 548), “(...) o tipo mais durável de assentamento que o ser humano é capaz de construir. É a cidade capaz de propiciar um padrão de vida aceitável sem causar profundos prejuízos ao ecossistema ou aos ciclos biogeoquímicos de que ela depende.”.

Portanto, este paradigma de Cidades Inteligentes é uma realidade global que não se confina apenas ao Meio Ambiente, mas engloba, também, todas as outras esferas da vida de uma sociedade, reforçando outros conceitos que surgiram em simultâneo com o das *Smart Cities*. Falamos, por exemplo, da *Sustentabilidade Territorial*, visível na relação que o território, neste caso, citadino, estabelece com a economia, a sociedade e o ambiente (Schaffers *et al.*, 2011); ou ainda, dos *Territórios Inteligentes*, em que a competitividade se assume como eixo decisivo, numa Era marcada pelo acentuar do fosso entre diferentes territórios com graus de desenvolvimento e respeito pelo Homem e pela Natureza díspares, o que acresce, ainda, a realidade preocupante da nossa *Pegada Ecológica*². É por isso que, nos últimos anos, os cientistas têm tentado advertir as sociedades para a importância das Cidades Inteligentes e Inovadoras, que necessariamente devem assentar em sete premissas fundamentais (*Figura 1*).

Desde a década anterior à viragem do milénio, que a União Europeia se tem preocupado cada vez mais com as questões ligadas à Ecologia “(...) e por dar uma nova orientação à sua política no domínio do ambiente, de modo a promover o desenvolvimento sustentável.” (Fernandes, 2016, 15). Aqui, as escolas assumem, não tenhamos qualquer dúvida, um papel extremamente importante ao instruírem, numa lógica de *Environmental Education*, a comunidade estudantil. Este conceito, surge-nos pela primeira vez em 1965, no Reino Unido, definindo-se como um processo onde os jovens começam a apreender conceitos e conhecimentos sobre as questões ambientais, fortificando e modificando, até, a

¹ “(...) é designada por um conjunto de passos que um cidadão toma, juntamente com os serviços, para tornar a cidade um local mais habitável/confortável, tornando os serviços mais eficientes e sólidos, prontos a responder a qualquer situação.” In https://paginas.fe.up.pt/~proifeup/submit_14_15/uploads/relat_GI32.pdf. [Consultado em: 27/12/2017].

² William Rees e Mathis Wackernagel desenvolveram, em 1996, o conceito de *Pegada Ecológica* “para nos ajudar a perceber a quantidade de recursos naturais que utilizamos para suportar o nosso estilo de vida, onde se inclui a cidade e a casa onde moramos, os móveis que temos, as roupas que usamos, o transporte que utilizamos, o que comemos, o que fazemos nas horas de lazer, os produtos que compramos, entre outros.” In http://conservacao.quercus.pt/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=46. [Consultado em: 27/12/2017].

sua opinião e visão sobre estas, no sentido de se transformarem num “agente” de proteção do Ambiente (Medeiros *et al.*, 2011). Estes objetivos, ficaram, em 1987 reforçados numa lógica de “(...) formar os indivíduos, desenvolver habilidades e disseminar valores e princípios que permitissem à sociedade elaborar propostas para solução dos problemas ambientais” (Dias *et al.*, 2016, 21).



Figura 1: Pilares de uma Cidade Inteligente. (Fernandes, 2016, 22)

Volvida uma década, a *Cimeira da Terra* realizada no Rio de Janeiro em 1992, correspondeu a uma preparação mais profunda e madura não só do conceito de Desenvolvimento Humano (D.H.), que se materializou nos 40 Capítulos da *Agenda 21*, como também do conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS), assumido como Meta Global da Assembleia Geral das Nações Unidas de 1987 (Hopkins e Mckeown, 2002). Neste seguimento, a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (E.D.S.) desenvolveu-se entre 1987 e 1992, crescendo, como nos elucida Freitas (2004, 6), na “Barriga de aluguer” da Educação Ambiental, substituindo, grosso modo, este último conceito. Aliás, no mesmo ano, na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente (C.N.U.M.A.D., 1992) deu-se logo ênfase à importância de se criarem sociedades mais sustentáveis e de se conseguir, de certa forma, criar caminhos para se ouvir a opinião dos mais novos, por modo a envolvê-los na discussão destas temáticas, já que “(...) a criatividade, os ideais e a coragem dos jovens do mundo devem ser mobilizados para criar uma parceria global com vista a alcançar o desenvolvimento sustentável e assegurar um futuro melhor para todos” (C.N.U.M.A.D., 1992, 10).

Estes princípios fazem uma articulação clara e quase direta com as Orientações da Educação para a Cidadania (D.G.E., 2013, 1), que “(...) visa contribuir para a formação de pessoas responsáveis, autónomas, solidárias, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres em diálogo e no respeito pelos outros, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo”. Ou seja, o que se deseja é que a escola, e todo o processo educativo, contribua para a formação de cidadãos (pro)ativos, sensíveis,

empenhados e que tenham uma participação ativa nos processos de tomada de decisão na resolução de questões da sociedade onde estão inseridos. No fundo, que formem *ecocidadãos*, cada vez mais *ecoconscientes* (Dias *et al.*, 2016), capazes de favorecer a mudança completa de mentalidades das sociedades contemporâneas, para que as futuras gerações consigam ter igual acesso e usufruam de todo o tipo de recursos do planeta. Tal como nos refere Pedro (2009, 3),

“(…) os mais novos, regra geral, são mais receptivos a novas informações, bem como se encontram numa fase onde as mudanças de comportamento são mais prováveis. É também consensual que é entre os mais novos, em fase de desenvolvimento cognitivo, que a consciência ambiental pode ser internalizada e traduzida em comportamentos de forma mais bem sucedida do que nos adultos”.

O caminho da sustentabilidade faz-se, assim, através da mudança de atitudes e comportamentos, crenças e valores, motivações e prioridades, que, associadas e condicionadas pelo conhecimento, determinam as decisões de cada indivíduo relativamente ao seu estilo de vida (Figueiredo *et al.*, 2004; Jaén e Barbudo, 2010). Com o auxílio da Escola, estamos em crer, que poderemos, num futuro muito próximo, modificar atitudes e comportamentos atuais da “(…) sociedade através dos alunos, das suas famílias e da restante comunidade educativa.” (Wced, 1991; Peres, 2011, 3). Ou seja, avivamos, assim, o papel de protagonista que a Escola poderá e deverá ter, contribuindo para a construção de uma sociedade mais sustentável e justa, permitindo tornar os alunos conscientes dos diversos problemas que afetam o planeta, formando *ecocidadãos*, informados sobre a degradação ambiental e que estejam dispostos a participar de forma ativa e responsável na vida das comunidades e no processo de tomada de decisão para conduzir a possíveis alterações, tentando alcançar um futuro sustentável (Hernández *et al.*, 2006; Pereira *et al.*, 2007; Mogensen & Schnack, 2010).

Portanto, a E.D.S. é assim uma “(…) educação para o futuro, para todos em todos os lugares” (U.N.E.S.C.O., 2012b, 12), onde somente com a cooperação entre as várias instituições sociais, com a escola e a sociedade em geral conseguiremos alterar mentalidades, hábitos, costumes, comportamentos e atitudes dos cidadãos e alcançar, finalmente, a sustentabilidade no espaço urbano, sob a forma de Cidades Sustentáveis ou, por nós, designadas, *Cidades Imaginárias* (Soares, 2017).

3. Objetivo(s)

O principal objetivo deste projeto de investigação passa por compreender e apurar em que medida a Escola, e o espaço geográfico em que esta se insere, tem um papel fulcral na promoção da Educação Ambiental e na formação dos nossos alunos enquanto cidadãos ativos, reflexivos e conscientes das adversidades com que a Humanidade e a Terra, atualmente, se defrontam.

4. Metodologia(s)

O nosso projeto baseia-se numa amostra (98 alunos) composta por quatro turmas de 8º ano de escolaridade de duas escolas da Grande Área Metropolitana do Porto. Com as suas respostas/contribuições a um inquérito por questionário, composto por nove questões dicotómicas e por quatro questões de resposta aberta, procurou-se concretizar os objetivos anteriormente enunciados.

A organização do inquérito por questionário foi feita de forma a tentarmos dar aos nossos estudantes a liberdade de expressão, pois esta é, de acordo com Pinhal (2014, 54) “(...) um aspecto essencial se se quer que os alunos reajam, trabalhem e se manifestem tal e qual são e pensam (...)”.

5. Resultados e Discussão

Como já havíamos referido, este projeto escolar abrangeu uma amostra composta por 98 alunos de quatro turmas do 8º ano de escolaridade, repartidas por duas escolas distintas da Grande Área Metropolitana do Porto: a Escola Secundária António Nobre (E.S.A.N.) e a Escola Secundária de Paredes (E.S.P.), sendo constituída essencialmente por elementos do sexo masculino (73% e 77%, respetivamente), com idades que rondam os 13 anos.

No que concerne às questões *per si* do inquérito por questionário, aplicado numa das sessões de Geografia, compreendemos que a grande maioria dos nossos estudantes (53%) já tinha uma conceção genérica do conceito de Sustentabilidade Ambiental. Desafortunadamente, e com uma preocupação acrescida, constatámos que 47% desta, em pleno século XXI, desconhecia o conceito em questão, quando este é de extrema importância e do qual se ouve falar com tanta frequência. Aliás, de dia para dia, são cada vez mais os problemas ambientais que afetam a nossa qualidade de vida, sendo estes uma consequência inevitável da nossa péssima administração e do nosso uso irracional e excessivo dos recursos que a Terra nos oferece.

Por isso, tornou-se essencial que os inquiridos que responderam afirmativamente à questão dicotómica anterior nos dessem, agora, a sua opinião sobre o que julgavam ser a Sustentabilidade Ambiental. Pelas suas respostas, denotamos ideias e premissas muito distintas, desde “É usar os recursos sem que estes se esgotem”; “É apelar às pessoas que garantam o uso do mesmo espaço para as futuras gerações”; “Eu não sei bem, mas acho que serve para proteger o ambiente” ao “É cuidar do mundo, prevenir, cuidar e proteger o ambiente”. Ou seja, através destas contribuições, tão características da sua faixa etária, concluímos que os estudantes, de uma forma muito genérica, compreendem que a Sustentabilidade Ambiental é um dos principais âmbitos do paradigma do Desenvolvimento Sustentável, no sentido em que analisa cuidadosamente os gastos que a Humanidade enceta sobre os recursos existentes no planeta, alertando-nos para uma mudança desejada e urgente no que concerne à forma como nos apropriamos destes, fazendo um uso cada vez mais consciente e cuidadoso, no sentido de não

comprometermos a sustentabilidade da vida das gerações vindouras. Neste âmbito, as escolas parecem assumir-se como *catalisadores* da mudança, ao dotarem os nossos estudantes não só de conhecimento científico imprescindível, como também ao ajudá-los a desenvolver e a (re)construir diariamente a sua personalidade e os seus principais hábitos de consumo, conduzindo à formação de adultos com valores e conhecimentos sólidos no que respeita à relação diária que se estabelece entre a Humanidade e o Meio Ambiente.

Desta forma, e porque acreditamos que a Sustentabilidade Ambiental é um conceito que necessita de ser continuamente trabalhado, foi nosso intento compreender qual a importância que as famílias dos alunos da nossa amostra relevam a esta problemática. Isto porque, estamos em crer, que uma parte substancial da instrução relativa à Sustentabilidade Ambiental começa no seio familiar. O facto dos pais, bem com de todo o agregado familiar, despendem algum tempo da sua vida diária para conversarem com seus filhos, sobrinhos, amigos, netos e afilhados, sobre temas como o lixo, a reciclagem, as energias renováveis ou o consumo, são iniciativas que ajudam os nossos estudantes a (re)construírem os seus conceitos e argumentações sobre as questões inerentes ao Meio Ambiente, contribuindo para uma mudança (desejada!) das suas atitudes e comportamentos. Nesta medida, quando questionados se em casa já tinham ouvido falar sobre Sustentabilidade Ambiental, 50% dos alunos da E.S.A.N. e, somente, 33% dos da E.S.P. responderam afirmativamente. Este desfasamento do valor percentual, vai ao encontro dos argumentos supramencionados, estando, mesmo, relacionada, até com diferenças respeitantes aos níveis de qualificação dos pais/encarregados de educação e/ou agregado familiar dos alunos, bem como pelas diferenças socioeconómicas registadas, uma vez que, como já tivemos oportunidade de o frisar, estas têm uma importância acrescida no grau de interesse atribuído pelas famílias a estas mesmas questões norteadoras. Por conseguinte, este fosso existente entre as percentagens aferidas nas duas escolas é o *input* que permite a vivência e a adoção de comportamentos e atitudes (muito) contrárias às desejadas, o que nos preocupa bastante!

Sobre a importância do tratamento de temas relativos à Sustentabilidade Ambiental na escola, os alunos de ambas as instituições escolares foram perentórios nas suas respostas, ao considerarem fundamental o debate e a divulgação do conhecimento sobre esta temática. Em contrapartida, quando questionados se na sua escola faziam reciclagem – uma das formas mais básicas que têm de ajudar a proteger o planeta Terra –, os mesmos referiram (75%) que não, porque a própria instituição não predispunha de mecanismos para o efeito, o que nos intriga bastante. Porém, é certo que devemos fazer o grande esforço de perspetivar a nossa qualidade de vida em função de preocupações ambientais, sociais e económicas e, para isso, todos reconhecemos e reforçamos o papel essencial da escola neste processo, como um importante *catalisador* para a mudança de comportamentos, atitudes e perspetivas, por modo a salvaguardarmo-nos e a salvaguardar a sobrevivência das nossas futuras gerações no planeta em que habitamos.

Na questão seguinte, e como resultado à pergunta – “Por que achas que contribuir para a Sustentabilidade Ambiental da tua cidade te faz um cidadão melhor?” – os alunos inquiridos deram

respostas variadas, tais como, o dever de “Cuidar”; de se incentivar a ter um “melhor ambiente”; de se ser um “melhor cidadão”; o dever de se ter que “conservar o planeta/cidade” para conseguirmos assegurar a nossa sobrevivência no planeta Terra. No fundo, o dever de, como cidadãos, nunca esquecermos que todos devemos pensar que podemos e “devemos melhorar o mundo”. Para isso, temos que ter, como eles bem nos referem, a “Obrigação de proteger o ambiente na cidade”, de “zelar pela cidade tornando o ambiente melhor”, através das nossas “ações (...) [que] podem melhorar o mundo”.

Por último, ainda questionámos os nossos alunos sob a forma como eles, enquanto cidadãos conscientes sobre a importância vital da Terra, zelavam pelo Meio Ambiente da sua cidade. A esta questão central, os alunos responderam de formas distintas: “planto árvores”; incentivar a criação de espaços verdes”; “reciclar, reutilizar”; “andar de bicicleta, de bicicleta e transportes públicos”; “poupar água e recursos naturais”; “sensibilizar familiares”; “preservar”; “sensibilizar”; “dar importância com o meio ambiente”. São argumentos que, de uma forma muito simples, demonstram, como já havíamos referido, que a *semente* fora lançada há alguns anos, está a crescer e certamente que a seu tempo dará frutos. Até lá, nós, professores, só podemos continuar a regá-la para que, ao crescer, se propague a todos e em todos os lugares, pois só dessa forma conseguiremos chegar às tão desejadas *Cidades Imaginárias*, e tornar algo que se vê como utópico, real.

6. Conclusão

O nosso projeto releva-nos, por um lado, que o paradigma da Sustentabilidade Ambiental, embora comumente conhecido por todos, não é relevado com o devido (e merecido!) valor pelas sociedades contemporâneas; por outro, elucida-nos que as nossas escolas assumem, por isso, em pleno século XXI um papel central na divulgação da importância da Educação Ambiental, sensibilizando os nossos estudantes para esta problemática, inculcando-lhes valores éticos, cidadania ativa e paixão pela Natureza! Até porque, a importância de preservar o ambiente e a Terra é uma realidade unívoca e crucial, cuja importância é diretamente proporcional aos feitos desastrosos que o ser humano nela opera. Quanto mais rápido compreendermos esta relação de causa e consequência com a Natureza, mais rápido aperceber-nos-emos que ao destruí-la estaremos a destruir também a nossa própria existência!

Por isso, acreditamos que a Educação Ambiental, como âmbito estrutural da educação para a cidadania, a formação escolar e a consciência crítica e reflexiva são *inputs* necessários e desejáveis para que se proceda à (re)construção de valores (éticos e ambientais), conhecimentos e atitudes que se devem focar no paradigma da Sustentabilidade Ambiental, produzindo efeitos diretos e significativos nas nossas vidas e na do próprio planeta.

Acreditamos que, se queremos uma sociedade melhor, um futuro promissor e um planeta para habitar devemos, então, mais do que fazer “chamadas de atenção” constantes à sociedade atual (embora também sejam necessárias e relevantes), devemos começar a investir nas camadas mais jovens da nossa população, nos nossos alunos. É preciso mostrar-lhes aquilo que não fomos e somos capazes de

ver e incitar-lhes a realizar aquilo que não somos capazes de fazer: cuidar da Terra! Porque, de um modo mais lato, precisamos de acreditar que a Sustentabilidade Ambiental pode ser o caminho necessário para abrandar, restaurar e até mesmo consertar, ainda que lentamente, os estragos provocados pela Humanidade.

7. Bibliografia

- ALVES, F. L. (1998). *Grandes problemas ambientais*. In: C. Carapeto (Eds.). Educação Ambiental Universidade Aberta, Lisboa. pp.:133-193.
- BĂTĂGAN, L. (2011). Smart cities and sustainability models. *Informatica Economică*. Vol.:15(3). pp.: 80-87.
- BELLINI, M., MUCELIN, C. (2007). Lixo e impactos ambientais perceptíveis no ecossistema urbano. *Sociedade & Natureza, Uberlândia, Vol 20 (1)*, pp. 111-124
- C.N.U.M.A.D. (1992). *Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>. [Acesso em: 20/06/2017].
- Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento.(1987). *O Nosso Futuro Comum*. Lisboa: Maribérica.
- D.G.E. (2013). *Linhas Orientadoras da Educação para a Cidadania*. Disponível em: <http://www.dge.mec.pt/educacao-para-a-cidadania/documentos-de-referencia>. [Acesso em: 25/05/2017].
- DALE, A.; NEWMAN, L. (2005). Sustainable development, education and literacy. *International Journal of Sustainability in Higher Education*. Vol.:6 (4). pp. 351-362.
- DIAS, L. S.; LEAL, A. C.; JUNIOR, S. C. (2016). *Educação Ambiental – conceitos, metodologias e práticas*. S.P- Tupã. A.N.A.P..
- DUPONT, F., GRASSI, F., ROMITTI, L. (2015). Energias Renováveis: buscando por uma matriz energética sustentável. *Revista eletrônica em gestão, educação e tecnologia ambiental Santa Maria. Vol 19, Ed. Especial*, pp. 70-81
- FERNANDES, M. (2016). *Cidades Inteligentes: Um novo paradigma urbano – Estudo de caso da cidade do Porto*. Dissertação de Mestrado. Porto: Universidade Católica do Porto - Business School.
- FIGUEIREDO, O.; ALMEIDA, P.; CÉSAR, M. (2004). O papel das metaciências na promoção da educação para o desenvolvimento sustentável. *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias*. Vol.: 3. Nº: 3. pp. 320-338.
- FREITAS, M. (2004a). Concepções de Desenvolvimento Sustentável em estudantes de uma Licenciatura em Educação, em Portugal. Implicações para a reorientação curricular no âmbito da Década das NU. *Actas do I Congresso International Educación, Lenguaje y Sociedad, Tensiones Educativas en América Latina*. Disponível em: [//localhost/Volumes/IELES/705.htm](http://localhost/Volumes/IELES/705.htm)
- FREITAS, M. (2005). Educação para o desenvolvimento sustentável: sugestões para a sua implementação no âmbito da década das Nações Unidas. *In Actas Electrónicas do VIII Congresso Galaico- Português de PsicoPedagogia*.
- FREITAS, M. (2006). Educação Ambiental e/ou Educação para o Desenvolvimento Sustentável? Uma análise centrada na realidade portuguesa. *Revista Iberoamericana de Educación*. Madrid. Vol.: 41. pp. 133-147.
- GADOTTI, M. (2008). *Educação para a Sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o Desenvolvimento Sustentável*. Editora Instituto Paulo Freire. São Paulo.

- HERNÁNDEZ, M.; TILBURY, D. (2006). Educación para el Desarrollo Sostenible, V Nada Nuevo Bajo el Sol. Consideraciones sobre Cultura y Sostenibilidad. *Revista Iberoamericana de Educación*. Disponível em: <http://www.rieoei.org/rie40ao4.pdf>
- HOPKINS, C.; MCKEOWN, R. (2002). *Education for sustainable development: an international perspective. Education and sustainability: Responding to the global challenge*. Vol.:13.
- JAÉN, M.; BARBUDO, P. (2010). Evolución de las percepciones medioambientales de los alunos de Educación Secundaria en un curso académico. *Revista Eureka Enseñanza Divulgación de las Ciencia*. Vol.: 7, Nº: Extraordinario, pp.247-259.
- MARTINS, M. J. D.; MOGARRO, M. J. (2010). A educação para a Cidadania no século XXI. *Revista Iberoamericana de Educación*. Nº: 53. pp.185-202.
- MEDEIROS, A. B.; SOUSA, G. L.; OLIVEIRA, I. P.; LEMES, M. J. S. (2011). A importância da educação ambiental nas escolas nas séries iniciais. *Revista Faculdade Montes Belos*.
- MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA (2015). *Cidades Sustentáveis 2020*.
- PEREIRA, C. M. M. C.; MARÓN, L. J. R.; FREITAS, M. J. C. C.; MAGALHÃES, H. G. D. (2007). Ecopedagogia: uma nova pedagogia com propostas educacionais para o desenvolvimento sustentável. *E.T.D. – Educação Temática Digital*. Vol.:8 (2).
- PERES, I. A. S. (2011). *Atitudes Ambientais – um estudo com jovens do Segundo e terceiro ciclo do Ensino básico da região do Planalto Mirandês*. Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação de Bragança para obtenção do Grau de Mestre.
- PINHAL, T. S. S. (2014). *A imagem fixa e em movimento: contributos para uma abordagem contexto da sala de aula*. Dissertação Mestrado. Porto – Uniservidade do Porto.
- SANTOS, N. (2011). Cidade e sustentabilidade territorial. *Mercator - Revista de Geografia da UFC*, vol. 10, núm. 23, pp.7-22
- SCHAFFERS, H., KOMNINOS, N., PALLOT, M., TROUSSE, B., NILSSON, M., & OLIVEIRA, A. (2011). Smart cities and the future internet: Towards cooperation frameworks for open innovation. *In The future internet assembly*. Springer, Berlin, Heidelberg. pp. 431-446.
- SHAPIRO, J. M. (2006). Smart cities: quality of life, productivity, and the growth effects of human capital. *The review of Economics and Statistics*. Vol.: 88(2). pp.: 324-335.
- SOARES, D. (2017). *Impactos derivados da exploração dos recursos naturais: perspectiva dos alunos no contexto da educação para o desenvolvimento sustentável e direitos humanos*. Dissertação de Mestrado. Porto: Universidade do Porto.
- TILBURY, D. (2004). Environmental Education for Sustainability: a force for change higher education. *Higher Education and Challenge of Sustainability*. Chapter 9. pp.97-112
- U.N.E.S.C.O., (1977). *The Tbilissi Declaration: Final Report Intergovernmental Conference in Environment Education*. Organized by UNESCO in Cooperation with U.N.E.P.. Tbilissi. pp.14-26